

Senador pede definição para o setor energético

O senador Teotônio Vilela Filho defendeu, a necessidade de o Governo fixar o mais rápido possível uma nova matriz energética para o País de forma a permitir o setor de energia fixar metas de investimento compatível com a disponibilidade de recursos para atender, ao final do século, o dobro da demanda atual - 360 mil megawatts/hora contra os atuais 200 mil megawatts/hora.

As exigências da demanda, segundo o senador, requerem investimento em torno de 70 bilhões de dólares até o ano 2.000. Esses recursos, evidentemente, lembraram, inexistem, "pois o setor vive completa indefinição quanto ao seu futuro, já que o Governo insiste em adotar uma política de curto prazo cuja característica principal é a de manter defasadas as tarifas de energia sob o argumento de combate à inflação".

MATRIZ

Para o senador alagoano, as promessas do secretário Nacional de Economia, Edgar Pereira, de que a partir deste ano o Governo não pretende mais combater a inflação segurando os preços da energia elétrica ainda precisarão acontecer para que o setor energético nacional saia do processo de estagnação em que se encontra e possa reestruturar-se de maneira a atender à demanda crescente dos próximos anos.

Fundamental, no entanto, na opinião do senador, será a fixação de uma nova matriz energética para o País. Somente através dela, destacou, será possível otimizar os investimentos; buscar menores custos e maior eficiência na produção, transformação, transporte e utilização de energia; enfocar a conservação desta como mais uma alternativa de suprimento; valorizar as fontes nacionais e regionais; estimular o desenvolvimento tecnológico, com ênfase para as fontes reno-

váveis, bem como minimizar o impacto ambiental; reduzir os desequilíbrios regionais; oferecer condições de acesso às formas adequadas de energia a populações de menor renda; observar normas e padrões de qualidade no fornecimento de produtos e serviços e, finalmente, fixar estruturas tributária e tarifária compatíveis com a saúde do sistema econômico.

DEFASAGEM

A defasagem das tarifas, aliás, passou a ser preocupação do próprio Governo quanto ao seu propósito de implementar o processo de privatização, pois na medida em que ela se aprofunda, mais difícil será encontrar interessados em adquirir as empresas, descapitalizadas e incapazes de fazer frente às necessidades de investimentos requeridas para sua modernização, conforme já admitiu o secretário Nacional Adjunto de Energia, Paulo Aguiar. Segundo ele, em face desse impasse que poderá bloquear o processo privatizante que o Governo almeja agilizar no próximo ano, a única alternativa será liberalizar os preços de energia elétrica, para que as empresas se capitalizem e tornem-se atrativas aos investidores privados.

O diretor da Coopersuagás, Júlio Borges, criticou o Ministério da Economia de ser ausente na discussão da política energética. "Não existe", destacou, "nenhum critério racional na fixação dos preços das tarifas, sendo estes determinados sob critérios eminentemente políticos". O setor privado, lembrou, diante da ação desestabilizadora imprimida pelo próprio Governo ao setor energético, "não se sente seguro o suficiente para fixar uma estratégia de ação a médio e longo prazo, vivendo, praticamente, das indefinições do dia a dia que se agravam sob o patrocínio oficial".